

DOSSIÊ: SOCIEDADE, MERCADO E SUSTENTABILIDADE

A CONSTRUÇÃO DE DISPOSITIVOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL COMO UM CAMPO DE LUTAS

Marcelo Sampaio Carneiro
João Vicente Costa Lima

O conjunto dos artigos reunidos neste dossiê possuem como elemento de aproximação o fato de discutirem, a partir de diferentes perspectivas teóricas, processos de construção de dispositivos que buscam atribuir a característica de sustentabilidade ambiental a determinados produtos (certificação florestal), regiões econômicas (Zona Franca Verde) e a territórios ocupados por populações designadas como tradicionais (Unidades de Conservação)¹. Em um único caso, a qualidade ambiental do produto (soja transgênica) pode ser vista não como um elemento de sustentabilidade ambiental, mas, como uma qualidade associada

à sustentabilidade econômica do produto, ainda que ambas as características sejam objeto de controvérsia.

Esses dispositivos de sustentabilidade podem ser exemplos do que Bartley (2007) chamou de “formas privadas de regulação baseadas no mercado”, como no caso do selo do *Forest Stewardship Council (FSC)*, ou de iniciativas estatais que contam com forte apoio do setor empresarial (Zona Franca Verde) ou que reconhecem o direito de comunidades sobre um determinado território (Unidades de Conservação) e/ou a exploração de um recurso natural específico (Acordos de Pesca). Ou seja, nos

1. Os artigos foram selecionados a partir de um conjunto inicial de exposições realizadas no Grupo de Trabalho “Sociedade, Mercado e Sustentabilidade” do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), e do convite para pesquisadores que trabalham com o tema proposto pelo dossiê.

diferentes artigos apresentados, esses dispositivos funcionam como mecanismos que permitem regular o acesso a um território, a um recurso natural ou a recursos públicos, servindo também como um indicador para o estabelecimento de diferentes formas de intercâmbio (mercantil e não-mercantil) entre participantes e não-participantes das experiências descritas.

Envolvendo agentes sociais os mais diversos – comunidades tradicionais, empresários, políticos, agricultores familiares, agentes do Estado, *experts*, cientistas, etc. – esses dispositivos possuem como característica comum o fato de terem sido o resultado de lutas sociais, cuja compreensão só pode ser devidamente avaliada se considerarmos os campos específicos (político, econômico, científico, jurídico) em que essas disputas ocorreram ou estão em curso (BOURDIEU, 2000). Destarte, no caso da ampliação do prazo para o funcionamento da Zona Franca de Manaus, agora justificada como Zona Franca Verde, o processo de disputa tem como palco principal o Congresso Nacional, enquanto a discussão sobre a eficácia ambiental da certificação do FSC é objeto de disputas acirradas no campo das ONGs (ZHOURY, 2001) e no das empresas florestais (CARNEIRO, 2013).

Outro elemento essencial nas disputas que marcam a construção desses diferentes dispositivos é a mobilização de conhecimento científico acerca da questão da sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, vale destacar a contribuição de Stéphane Gueneau, no artigo **Como avaliar a eficácia ambiental do dispositivo de certificação florestal do FSC? Desafios e proposições metodológicas**, que passa em revista os diferentes tipos de métodos utilizados para avaliar os resultados ambientais produzidos pelo dispositivo de certificação

florestal do FSC, chamando a atenção para os limites de avaliações descontextualizadas, que são incapazes de separar os efeitos ambientais da certificação dos provocados por outras políticas públicas, ou que são incapazes de observar os efeitos indiretos da certificação, incorporados pela renovação da ação pública na questão florestal (CARNEIRO, 2012; GUENEAU; DRIGO, 2013).

Se no estudo de Stéphane Gueneau o que está em jogo é a capacidade da ciência em provar a eficácia ambiental do dispositivo de sustentabilidade, no estudo realizado por Thaís Brianezi e Marcos Sorrentino, denominado **A ambientalização como estratégia de sobrevivência: o caso da Zona Franca de Manaus**, a mobilização da ciência aparece como argumento central para a construção da legitimidade política da proposta de prorrogação do prazo de validade dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado brasileiro para o funcionamento do chamado Distrito Industrial de Manaus (DIM). Como destacam os autores desse artigo, os defensores da Zona Franca de Manaus (ZFM) aproveitaram a emergência da questão ambiental e, em particular, a do desmatamento da Amazônia, como objeto de preocupação global, para justificar a defesa dos benefícios fiscais concedidos para o funcionamento da ZFM como uma política de combate ao desmatamento, deixando de lado outras dimensões da sustentabilidade ambiental que não são observadas pela maior parte das empresas do DIM, como o caso do tratamento dos resíduos industriais.

O que está em jogo na construção desses diferentes dispositivos de sustentabilidade é sua capacidade de definir uma determinada qualidade a um produto, território ou forma de manejo dos recursos naturais, como discute a bibliografia sobre o papel da prescrição no funcionamento de intercâmbios

mercantis (GARCIA-PARPET, 2003; HATCHUEL, 1995), o que significa dizer que em seu processo de construção um aspecto central é a atuação de agentes sociais que serão encarregados de realizar a prescrição dessa qualidade, caso de funcionários de cooperativas ou de empresas de assistência técnica na difusão da soja transgênica no oeste catarinense; de funcionários do IBAMA na difusão dos acordos de pesca na região amazônica ou de ONGs ambientalistas no caso da certificação florestal.

A atuação de agentes sociais no processo de difusão de sementes transgênicas de soja junto a agricultores é o objeto do artigo de Márcia Manzon e Julia Guivant, denominado **Construir mercados, produzir sentidos: soja transgênica e as cooperativas no oeste catarinense**. No caso em questão, as autoras sublinham o papel central desempenhado por cooperativas agrícolas e profissionais da extensão rural no processo de transferência da tecnologia da transgenia por produtores rurais em Santa Catarina, destacando o papel desses agentes como prescritores da nova tecnologia, bem como a reação dos agricultores face a essa inovação.

Aspecto menos explorado na análise, mas, também, importante para a compreensão da relação complexa entre multinacionais-prescritores-agricultores é a função desempenhada por um dispositivo técnico (um software) que permite às multinacionais controlarem a venda das sementes e o pagamento de *royalties* por essa utilização. Pode-

mos dizer que esse software funciona como o que Callon e Muniesa (2003) denominam de dispositivo de cálculo², objeto que desempenha papel essencial no funcionamento de intercâmbios mercantis.

O artigo de Ana Paula Perrota, intitulado **Ações socioambientalistas dos moradores das áreas de várzea e a construção de modelos descentralizados de gestão de recursos pesqueiros no Amazonas**, descreve a trajetória do Movimento de Preservação dos Lagos (MPL) no estado do Amazonas, mostrando o processo pelo qual esse movimento construiu uma justificativa ecológica (LAFFAYE; THEVENOT, 1993) para defender o acesso aos recursos pesqueiros para os moradores das várzeas de rios da Bacia Amazônica e limitar a pesca predatória praticada por empresas de pesca ou pescadores de outras regiões. O resultado dessa mobilização objetivou-se na elaboração de um dispositivo legal para regular a atividade pesqueira nos lagos, denominado de Acordos de Pesca³, que, apesar de ser regulamentado pelo Estado, confere amplos poderes aos chamados “ribeirinhos”, podendo ser considerado como um dispositivo de sustentabilidade, pois, o fundamento de sua legitimidade reside no fato de que ele restringe a pesca predatória e valoriza uma forma de gestão dos recursos pesqueiros que se pretende mais sustentável.

A garantia do acesso de populações tradicionais a um território específico é o tema do artigo **Conflitos ambientais na Amazônia e a construção de categorias**

2. De acordo com esses autores, a eficácia dos mercados está relacionada com o fato de que eles permitem – através de dispositivos técnicos – a realização de cálculos complicados, tornando possível a produção de soluções práticas a problemas que nenhuma modelagem teórica permitiria resolver (CALLON; MUNIESA, 2003, p. 191).

3. Esses Acordos de Pesca constituem uma boa expressão daquilo que Boltanski e Thevenot (1991) denominam de acordos justificados, produto de uma disputa que se realiza num regime de ação caracterizado pela justiça.

sociológicas e jurídicas: análise da categoria “povos e comunidades tradicionais”, de Ana Caroline Miranda e Horácio Antunes de Sant’Ana Jr.. De forma semelhante ao artigo de Ana Paula Perrota, os autores mostram a importância da argumentação sobre a sustentabilidade ambiental acerca da relação das chamadas populações (ou comunidades) tradicionais com a natureza na Amazônia, constituindo uma espécie de justificativa ecológica para a garantia da permanência dessas comunidades em Unidades de Conservação, conforme ficou definido pela legislação que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Num outro plano, o artigo aborda a importância do processo de construção da categoria populações ou comunidades tradicionais para designar grupos sociais específicos, dialogando com abordagens das ciências sociais (BOLTANSKI, 1982) que destacam a importância do trabalho de construção de fronteiras, definindo quem está dentro/fora, na definição desses grupos.

Olhando retrospectivamente o conjunto dos artigos selecionados, podemos dizer que eles correspondem plenamente ao propósito que nos guiou quando da proposição deste dossiê: que foi o de tentar apreender a forma diferenciada como o tema da sustentabilidade ambiental vem sendo mobilizado como critério definidor de qualidades (de práticas sociais, de um produto, de uma política pública) que permitem o acesso ou a exclusão de diferentes agentes sociais. O fato, muitas vezes apontado como uma característica negativa do conceito de sustentabilidade, devido à sua fragilidade teórica

(BUTTEL, 2000) e imprecisão⁴, mostra-se, nos casos aqui apresentados, como um fator positivo, pois é justamente essa ambiguidade que permite sua mobilização por diferentes atores, em distintos contextos e com finalidades diversas, que vão da justificativa para a prorrogação de uma política de incentivos fiscais, como no caso aqui exposto da Zona Franca Verde, à defesa de um modo de gestão de recursos naturais nos lagos do Rio Amazonas ou como parte da justificativa para permitir a presença de populações tradicionais no interior de unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

BARTLEY, Tim. Institutional emergence in an era of globalization: the rise of transnational private regulation of labor and environmental conditions. *American Journal of Sociology*, v. 113, n. 2, p. 297 - 351, 2007.

BOLTANSKI, Luc. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

BOLTANSKI, Luc.; THEVENOT, Laurent. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Galimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Ed. du Seuil, 2000.

BUTTEL, Frederick H. Ecological modernization as social theory. *Geoforum*, n. 31, p.57 - 65, 2000.

CALLON, Michel; MUNIESA, Fabian. *Les marches économiques comme dispositifs collectifs de calcul*. *Réseaux*, n. 122, p. 191 - 227, 2003.

4. Motivo pelo qual os defensores da certificação florestal do FSC preferem dizer que o manejo florestal avaliado por esse selo ambiental é o manejo realizado de acordo com o estado da arte da ciência florestal nesse domínio e não um manejo florestal sustentável (CARNEIRO, 2013).

CARNEIRO, Marcelo S. Certificação florestal: origens, atores e controvérsias sobre a melhor forma de promover o manejo florestal e combater o desmatamento. In: _____; AMARAL NETO, M.; LIMA, J. V. R. B. C. (Org.) **Sociedade, floresta e sustentabilidade**. Belém/Ma- ceió: IEB/EDUFAL, 2013. p.79 - 105.

CARNEIRO, Marcelo S. Entre o Estado, a sociedade e o mercado: análise dos dispositivos de governança da indústria florestal na Amazônia. **Cadernos CRH**, v. 25, p.73 - 86, 2012.

GARCIA-PARPET, Marie-France. Styles de vie et manières de boire: un marché d'offre des biens de prescription oenologique. **Cahiers Lillois d'Economie et de Sociologie**, n. 41-42, 177-197, 2003.

GUENEAU, Stéphane; DRIGO, Isabel. Interações entre regulação pública e privada: a influência da certificação florestal privada sobre a renovação da ação pública na Amazônia brasileira. In: CARNEIRO, M. S.; AMARAL NETO, M.; LIMA, J. V. R. B. C. (Org.) **Sociedade, floresta e sustentabilidade**. Belém/Ma- ceió: IEB/EDUFAL, 2013, p.17 - 41.

HATCHUEL, Armand. Les marches à prescrip- teurs. Crise de l'échange et genèse sociale. In: JACOB, A.; VÉRIN, H. (Dir.) **L'inscription sociale du marché**. Paris: Editions L'Harmattan, 1995. p. 203 - 225.

LAFFAYE, Claudette; THEVENOT, Laurent. Une justification écologique? conflits dans l'aménagement de la nature. **Revue Française de Sociologie**, v. 34-4, n. 6, p. 495 -524, 1993.

ZHOURI, Andréa. Árvores e gente no ativismo transnacional. As dimensões social e ambiental na perspectiva dos *campaigners* britânicos pela Floresta Amazônica. **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 1, p. 9 - 52, 2001.

NOTA SOBRE OS AUTORES

Marcelo Sampaio Carneiro é sociólogo, com mestrado em Planejamento do Desenvolvimento no NAEA/UFGA e doutorado em Sociologia no PPGSA/UFRJ. Atualmente é Professor Associado I da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da mesma instituição.

João Vicente Costa Lima é graduado e mestre em sociologia pela Universidade de Brasília e doutor na mesma área pela Universidade Federal do Ceará. É professor associado II da Universidade Federal de Alagoas e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição.

